

PERFIL DE ÓBITOS POR SEPTICEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA DA REGIÃO NORTE DO BRASIL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Marcelle Machado Barbosa¹; Thaynná Neres dos Santos²; Flávia Lucia Silva³; Amélia Cristina Gomes⁴; Joana Angélica Grossi Honorato⁵; Poliana da Silva Martins⁶;

¹ HC-UFGM/EBSERH, Belo Horizonte, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/3362261798536876>

²Faculdade Anhanguera Polo Contagem, Contagem, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/9882712562567745>

³CES/SOPECC, São Caetano do Sul, São Paulo. <http://lattes.cnpq.br/4910534550195757>

⁴HC-UFGM/EBSERH, Belo Horizonte, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/2006890889200473>

⁵HC-UFGM/EBSERH, Belo Horizonte, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/5564915537749927>

⁶HC-UFGM/EBSERH, Belo Horizonte, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/6365380561583218>

DOI: 10.47094/IVCNNESP.2023/RE.5

PALAVRAS-CHAVE: Sepsis. Indicadores de mortalidade. Hospitalização.

ÁREA TEMÁTICA: Epidemiologia

INTRODUÇÃO

A sepsis é uma síndrome grave e complexa que figura entre as principais causas de mortalidade global e se manifesta por meio de uma ou mais disfunções orgânicas que representam risco à vida e é resultante de uma resposta imunológica desregulada do organismo a uma infecção generalizada. Anualmente, cerca de 47 a 50 milhões de indivíduos são internados pela sepsis, com um número significativo de mortes, o que se torna um problema de saúde pública reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os índices nacionais confirmam essa tendência da alta taxa de mortalidade, especialmente em hospitais públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) (VIANA; MACHADO; SOUZA, 2020). Estudos apresentam que 30% das vagas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) brasileiras são ocupadas por pacientes acometidos por sepsis ou choque séptico, com uma taxa de mortalidade adquirida em 55% (MACHADO *et al.*, 2023).

Tendo em vista que são poucos os estudos disponíveis, ainda mais reduzidos são os relacionados à região norte do país, habitada, em boa parte, por população indígena (IBGE, 2010; MENDES *et al.*, 2018), o que dificulta consideravelmente a identificação de disparidades e desigualdades. A melhoria na avaliação desses parâmetros é um passo crucial na busca pela equidade, o que desperta o interesse em identificar os impactos dessas condições de saúde pública na mortalidade por sepsis neste grupo de indivíduos no norte do país (VIDAL BELO, G.; LUIZ GUILHERME GASPARGASPAR, G.; DA SILVA LIMA, 2020).

OBJETIVO

Esse estudo tem como objetivo traçar o perfil dos óbitos por septicemia da população indígena, da região Norte do Brasil, entre os anos de 2013 a 2022.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa básica, descritiva, do tipo transversal, com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados no Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), gerado no Datasus - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - SUS (DATASUS/tabnet) do Ministério da Saúde. A obtenção dos dados partiu da categoria “CID-10”, selecionando a opção “septicemia” na lista de morbidades e incluindo as variáveis região (norte), o ano de processamento (2013 a 2022), a população (indígena), o sexo e a idade dos acometidos, o número de óbitos e a taxa de mortalidade. Essas variáveis foram identificadas e utilizadas para análise e construção do perfil do público-alvo. Os dados coletados foram processados e estruturados em planilha própria, utilizando-se o software MS Excel 2010, e analisados estatisticamente.

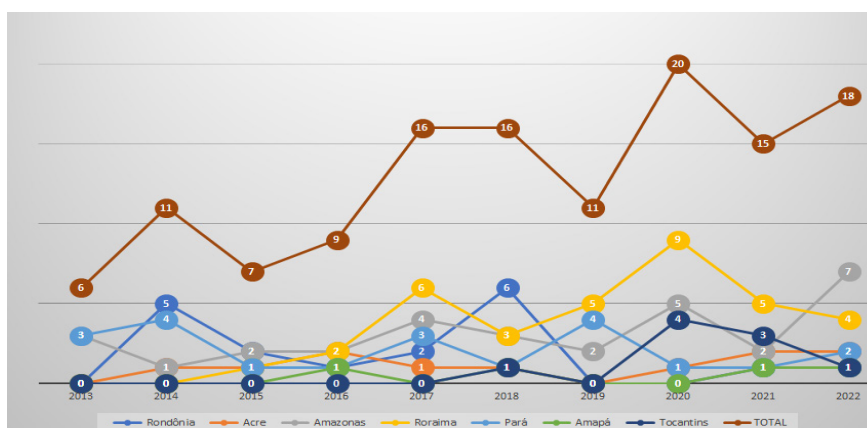
A pesquisa não foi submetida ao conselho de ética, uma vez que se trata de dados de domínio público e abrangência nacional, segundo a Lei nº 12.527 (2011), respaldada pela Resolução 510/2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a população indígena, os dados apontam 129 óbitos por septicemia na região Norte do Brasil, entre 2013 e 2022. Nesse mesmo período, foram registrados 555 óbitos por sepse da população indígena de todo o país, o que representa 23,2% do total brasileiro.

A análise dos registros mostra que a região Norte possui a segunda menor taxa de mortalidade das regiões brasileiras, 24,07%, ficando atrás da região sudeste com uma taxa de mortalidade 19,92% (BRASIL, 2023). Apesar da taxa de mortalidade da região Norte estar abaixo da média nacional, os dados do número absoluto de óbitos, por sepse na população indígena, revelam uma variação ao longo dos últimos 10 anos e uma tendência de crescimento, apresentados no Gráfico 1, por ano, por estado e o total desses óbitos.

Gráfico 1: Óbitos por septicemia da população indígena, na região Norte, do Brasil no período de 2013 a 2022.

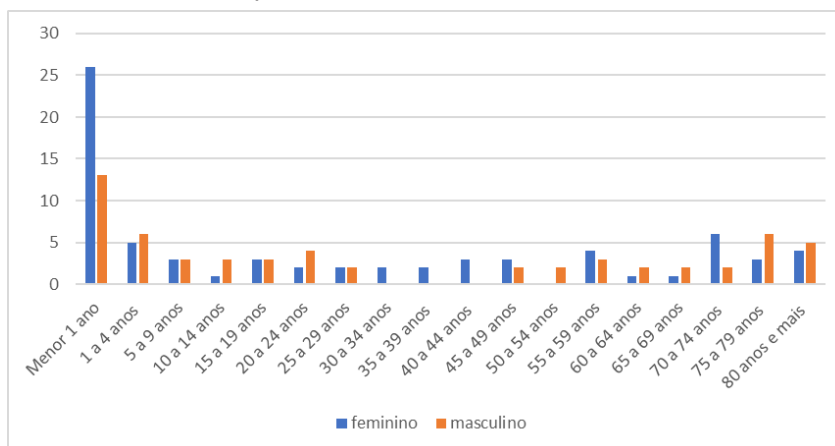


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Diferentemente do número absoluto de óbitos, a taxa de mortalidade é um índice demográfico, obtida pela relação entre o número total de óbitos e a população exposta ao risco de morrer (ALMEIDA *et al.*, 2022). Deve-se considerar que para o Acre (ano de 2013), Roraima (2014), Amapá (2014 a 2017) e Tocantins (2017), não se encontram dados de óbitos registrados no DATASUS, e conseqüente não apresentam taxa de mortalidade nestes períodos. Os dados demonstram que o estado de Roraima possui uma taxa de mortalidade alta de 38,04% com o número de óbitos também alto. Por outro lado, com baixo número de óbitos e altas taxas de mortalidade, tem-se os estados do Amapá com 50% e do Acre com 36,67%.

Podem ser identificadas subnotificações da sepse no Brasil, assim como em determinados estados estudados. O estudo apresenta uma tendência do aumento do número de óbitos na região e tem como fatores relevantes os entraves que dificultam o diagnóstico e o tratamento da sepse nestes indivíduos, incluindo questões relacionadas à infraestrutura de saúde, barreiras linguísticas e culturais, no acesso aos cuidados de saúde e à capacitação dos profissionais de saúde (MACHADO *et al.*, 2023)

Gráfico 2: Óbitos por septicemia por faixa etária e sexo da população indígena, na região Norte, do Brasil no período de 2013 a 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os dados do gráfico 2 que apresenta o acometimento dos óbitos por idade e sexo do público-alvo, revelam que as faixas etárias mais acometidas, são os extremos de idades, menores de 01 ano com óbito de 30% (39) e os maiores de 70 anos com o percentual de óbitos de 20% (26), correspondendo a aproximadamente 50% do total de casos. Esse predomínio de pacientes tanto na faixa etária neonatal quanto em idosos, vai ao encontro com os dados nacionais e com a literatura (KOTFIS *et al.*, 2019; VIANA; MACHADO; SOUZA, 2020). Isso pode ser explicado nos idosos pois, uma vez que há o aumento da população e da expectativa de vida, ao mesmo tempo em que o envelhecimento causa alterações na imunidade adaptativa, o grupo de pessoas com maior suscetibilidade às doenças crônicas e à imunossupressão é ampliado (KOTFIS *et al.*, 2019). Já nos indivíduos menores de 1 ano, o alto número de óbitos por sepse pode estar vinculado à imunossupressão fisiológica

e também ao atraso no diagnóstico o que, conseqüente, demora no tratamento dessa condição (VIANA; MACHADO; SOUZA, 2020). Com relação ao sexo, observa-se que o feminino é o mais acometido, perfazendo 55% dos casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que o número absoluto de óbitos de indígenas, por septicemia, na região Norte, nos últimos 10 anos é o segundo maior do país, porém com a taxa de mortalidade sendo a segunda menor, quando comparada ao nível nacional. Isso indica que a sepse é um problema de saúde significativo entre as populações indígenas no Brasil, com tendência ao crescimento na região Norte. Em relação ao perfil de óbitos tem-se que a maior prevalência está em indivíduos menores de 1 ano e maiores de 70 anos de idade, predominantemente, do sexo feminino. A pesquisa aponta para a necessidade de prevenção e tratamento adequados da sepse e outras doenças infecciosas, por meio de políticas públicas específicas e ações que levem em conta as particularidades culturais e sociais desses povos, visando a equidade na saúde dessa população.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. R. C. *et al.* Analysis of trends in sepsis mortality in Brazil and by regions from 2010 to 2019. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, p. 25, 2022. DOI 10.11606/s1518-8787.2022056003789. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/197372>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS: **Estatísticas Vitais**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/morbidade-hospitalar-do-sus-sih-sus/> Acesso em: 22 abr. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Brasília: IBGE; 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

KOTFIS, K. *et al.* A worldwide perspective of sepsis epidemiology and survival according to age: Observational data from the ICON audit. **Journal of Critical Care**, [s. l.], v. 51, ed. 1, p. 122-132, 2019. DOI 10.1016/j.jcrc.2019.02.015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30802758/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MACHADO, F. R. *et al.* Sepsis in Brazilian emergency departments: a prospective multicenter observational study. **Internal and Emergency Medicine**, [s. l.], ed. 18, p. 409-421, 2023. DOI 10.1007/s11739-022-03179-. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36729268/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MENDES, A. P. M. *et al.* O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, [s. l.], ed. 42, p. 01-06, 2018. DOI <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.184>. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.184>. Acesso em: 22 abr. 2023.

VIANA, R. A. P. P. *et al.* **Sepse, um problema de saúde pública: a atuação e colaboração da enfermagem na rápida identificação e tratamento da doença.** 3ª ed. São Paulo: COREN-SP; 2020. ISBN 978-85-68720-05-9. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Sepse-Um-Problema-Saude-Publica.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

VIDALBELO, G. *et al.* Análise dos Aspectos Epidemiológicos da Sepsis e da Potencial Influência da Publicação do Consenso Sepsis-3 na sua Mortalidade no Território Brasileiro. **Revista de Saúde**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 44–48, 2020. DOI:10.21727/rs.v11i1.2376. Disponível em: <http://editora.universidadedevasouras.edu.br/index.php/RS/article/view/2376>. Acesso em: 22 abr. 2023.